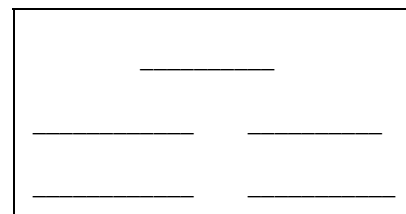




CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO



ACTA N.º 07/2003

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CÂMARA DE 31 / 03 / 2003

PRESENCAS

PRESIDENTE : ESTEVÃO MANUEL MACHADO PEREIRA

VEREADORES : JOÃO LUIS BATISTA PENETRA

MANUEL ANTÓNIO MENDES FADISTA

ANTÓNIO JOAQUIM VIEGAS DA SILVA

MARIA ANTÓNIA FONSECA FIGUEIRA SILVEIRO

HORA DE ABERTURA : 10 HORAS

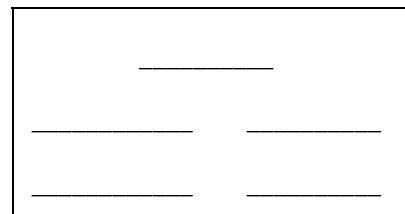
HORA DE ENCERRAMENTO : 12,30 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA - / - / -

CAIXA	- € -
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	- € -
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	- € -
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004053550	- € -
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	- € -
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004565050	- € -
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004657650	- € -
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004692450	- € -
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004944350	- € -
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004947850	- € -
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004991550	- € -
C. G. D. – CONTA n.º 0035/00005119750	- € -
B. T. A. – CONTA N.º 0018/10814784001	- € -
B. P.S. M. – CONTA N.º 0033/13880012049	- € -
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	- € -
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	- € -
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	- € -
DOCUMENTOS	- € -
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	- € -
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	- € -



- O senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, reunião extraordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PRIMEIRO PONTO) DELIBERAÇÃO SOBRE DOIS ESTÁGIOS PROFISSIONAIS; -----

SEGUNDO PONTO) DEFERIMENTO FINAL DO PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 1/2003; -----

TERCEIRO PONTO) APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONTROLO INTERNO;

QUARTO PONTO) APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

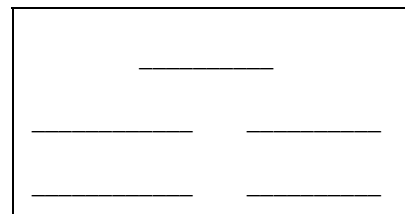
O senhor Presidente explicou que a necessidade de marcação desta reunião prende-se com a obrigatoriedade de aprovação dos documentos de prestação de contas até 31 de Março. -----

PRIMEIRO PONTO) DELIBERAÇÃO SOBRE DOIS ESTÁGIOS PROFISSIONAIS - A Câmara deliberou por unanimidade aceitar duas estagiárias no âmbito das candidaturas ao Programa de Estágios Profissionais. As estagiárias são Maria João Matias dos Santos, Licenciada em Educação de Infância e Patricia Margarida Espadaneira Pão Mole, Técnica de Informática/Gestão. Os estágios terão a duração de nove meses, iniciar-se-ão amanhã e realizar-se-ão nos termos da Portaria n.º 1271/97, de 26 de Dezembro. -----

SEGUNDO PONTO) DEFERIMENTO FINAL DO PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º

1/2003 - Foi presente o Processo de Loteamento n.º 1/2003 para deferimento final. Os senhores Vereadores António Silva e Maria Antónia referiram que independentemente de acreditarem na seriedade do Vereador Penetra que tem atribuições nestas matérias, o responsável pela Divisão de Administração Urbanística não lhes merece confiança suficiente para que possam votar favoravelmente. Disseram pois votar contra. Assim, com dois votos contra por parte dos senhores Vereadores Maria Antónia e António Silva, foi aprovado o deferimento final do Processo de Loteamento n.º 1/2003, nos seguintes termos:

- 1) Ao abrigo do n.º 4 do art.º 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, foi considerado não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio; -----
- 2) Ao abrigo dos art.ºs 23.º e 26.º, deferir tanto o pedido de Operação de Loteamento como o de Obras de Urbanização; -----
- 3) Para cumprimento do art.º 53.º, definir que as condições a observar na execução das obras de urbanização são as que constam dos documentos apresentados; -----
- 4) Definir o prazo de 6 meses para a conclusão das obras; -----



5) Definir que o montante da caução é de 30.435,41 €. -----

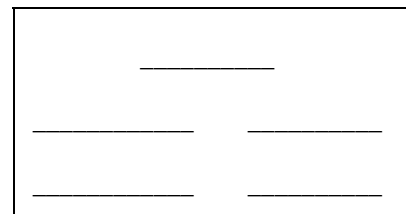
TERCEIRO PONTO) APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONTROLO INTERNO

- O senhor Presidente apresentou de modo global o Regulamento de Controlo Interno tendo ficado sublinhada a impossibilidade prática da sua total exequibilidade dada a escassez de meios para o efeito. O documento apresentado cumpre as normas exigidas pelo POCAL e a sua aplicação terá que ser forçosamente gradual e faseada. Com as abstenções dos senhores Vereadores Maria Antónia e António Silva, foi o Regulamento aprovado com três votos favoráveis. -----

QUARTO PONTO) APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

– O senhor Presidente fez uma apresentação sumária dos documentos de prestação de contas tendo centrado a sua intervenção no relatório de gestão que, segundo disse, reflecte a gestão de um ano marcado pelas eleições legislativas, ocorridas no 1.º trimestre e que condicionaram o resto do ano, tendo as regras das transferências de verbas para o Poder Local sido substancialmente alteradas. Em termos gerais disse que o ano de 2002 foi o primeiro ano do mandato autárquico que decorreu de modo razoável. Em termos financeiros houve uma clara desaceleração do investimento e consequentes redução da despesa e redução do desequilíbrio orçamental. O ano de 2002 foi um ano sem grandes execuções mas com a concretização das iniciativas habituais. Foi claramente um ano de contenção e de alguma recuperação em termos financeiros. Disse o senhor Presidente que o relatório de gestão procura, sem ser exaustivo, dar ênfase àquilo que se considera merecer destaque, obviamente com a dose de subjectividade inerente ao modo como cada um analisa. -----

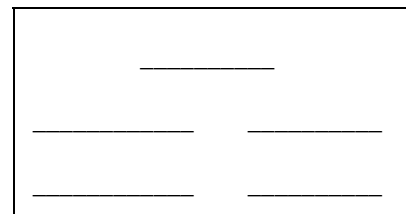
O senhor Vereador António Silva, intervindo em seu nome e em nome da Vereadora Maria Antónia como ela própria referiu, disse que os documentos de prestação de contas reflectem, além do mais, os movimentos de receita e despesa ocorridos ao longo do ano, cabendo o seu julgamento ao Tribunal de Contas. De uma forma geral, disse este Vereador, o relatório de gestão aponta o Poder Central como culpado do que de mal ocorreu e traduz de forma evidente o mérito do senhor Presidente da Câmara e da sua equipa nas iniciativas concretizadas. Disse ainda este Vereador que o relatório de gestão contém alguns exageros e imprecisões pois há situações cujo mérito não cabe à Câmara mas sim ao Poder Central, na altura Governo P.S.. Disse também que fica provado que a gestão é boa quando há muito dinheiro mas que quando começam a surgir as dificuldades financeiras aparecem os culpados. Disse ainda este Vereador que independentemente de haver trabalho feito que se pode visualizar, também é certo que há



áreas em que se dispende muito dinheiro sem que se vejam resultados. É disso exemplo a Divisão de Acção Sócio-Educativa em que quer na área da cultura quer na área de turismo, não aparecem resultados compatíveis com as verbas que gasta. -----

O senhor Presidente disse que será importante, a nível de comentário geral, clarificar que quando há dificuldades, elas não são do Presidente da Câmara mas sim dos munícipes do concelho. Convém também sublinhar que a Câmara de Viana nunca fez parte das Câmaras que têm muito dinheiro nem nunca soube o que é trabalhar com muito dinheiro. No período em que o P.S. foi Governo é verdade que as transferências aumentaram substancialmente para o Poder Local mas daí não se pode concluir que mesmo nessa altura a Câmara tenha tido muito dinheiro. As verbas que a Câmara tem vindo a conseguir tem sido à custa de muito esforço quer apresentando melhores projectos em termos comparativos quer apresentando melhores níveis de execução. Relativamente às observações à cerca da Divisão de Acção Sócio-Educativa, disse o senhor Presidente perceber o que está na base de alguma angústia do P.S. relativamente àquela Divisão mas o que é certo é que em 1994 o que existia era o Sector de Animação Cultural que tinha uma Vereadora a Tempo Inteiro e dois funcionários. Aquela Divisão tem hoje uma dimensão diferente e tem vindo a criar condições para funcionar em diversas áreas. É importante verificar que a DASE não se esgota nos espectáculos e nas iniciativas e tendencialmente terá que passar a dar mais resposta à área social dado o terminar do PICVA. A acção social é já hoje e tende ainda a ser ainda mais no futuro, uma área à qual a Câmara terá que dar muita atenção – Basta verificar a estrutura etária do nosso concelho. Disse o senhor Presidente que as rubricas Cultura e Turismo que aparecem discriminadas no relatório de gestão reflectem actividades que efectivamente aconteceram. -----

O senhor Vereador António Silva disse não sofrer de qualquer angústia relativamente à DASE. A questão que coloca é apenas do dinheiro gasto naquela Divisão e do qual não se vêem resultados. Os funcionários Nuno Canelas e Jorge Bagão, revelando grande humildade e apresentando serviço, sobressaem pela positiva no cenário da DASE e provam que arrogância e vaidade não levam a lado nenhum. Disse o senhor Vereador António Silva que quando exerceu funções autárquicas teve oportunidade de implementar algumas acções a nível social que interferiram com a população. Disse que em sua opinião a Câmara, tendo os seus técnicos na área social, deixou que o PICVA assumisse integralmente esse papel. -----



O senhor Presidente disse que sendo a Câmara a entidade promotora do Projecto, desde logo disponibilizou os seus meios para o funcionamento do PICVA. Contrariamente, outras entidades que eram parceiras do Projecto, em nada se preocuparam com o seu funcionamento. -

O senhor Vereador Penetra, referiu que os desvios a nível orçamental verificam-se sobretudo nos Fundos Comunitários. -----

O senhor Vereador António Silva referiu-se mais uma vez à diferença de verbas recebidas pelas Juntas de Freguesia do concelho sendo notório que a Junta de Freguesia de Aguiar recebe mais do que as outras duas juntas, isto sem pôr em causa que Aguiar mereça ser freguesia. -----

A senhora Vereadora Maria Antónia disse que a freguesia de Alcáçovas é a que neste contexto está a ser mais prejudicada. -----

Retomando os documentos de prestação de contas, o senhor Presidente referiu que os elementos que os devem integrar são os definidos no Anexo I da Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001, publicada na II Série do Diário da República de 18 de Agosto de 2001. Contudo, no caso deste Município, não se encontram elaborados os seguintes documentos:

N.º 1 – Balanço;

N.º 2 – Demonstração de resultados;

N.º 13 – Notas ao Balanço e à demonstração de resultados.

Apesar do grande esforço que tem sido feito no sentido da aplicação do POCAL, os meios técnicos e humanos ainda não permitiram a elaboração do balanço. Encontrando-se praticamente concluído o inventário, está projectada uma reunião com a empresa que prestou esse serviço – Sight Portuguesa – a fim de ser delineado o caminho possível para no mais curto espaço de tempo se poder obter o Balanço e documentos complementares. Os restantes documentos, presentes nesta reunião, ficarão arquivados e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

Passou-se de seguida à votação dos documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2002, tendo os mesmos sido aprovados com três votos favoráveis por parte do senhor Presidente da Câmara e Vereadores João Penetra e Manuel Fadista e dois votos contra por parte dos senhores Vereadores António Silva e Maria Antónia. -----

--- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião pelas doze horas e trinta minutos, tendo a minuta desta acta sido aprovada por unânimidade no final da reunião. -----

Eu _____, Chefe da D.A.F, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,